

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 159/2023

AUTOR: Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

ASSUNTO: Institui o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins.

RELATOR: Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARECER

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 159/2023, de autoria do Deputado Professor Júnior Geo, que "Institui o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins".

Aduz o Autor que a matéria tem o intuito de criar o Programa Estadual de Bioinsumos para estabelecer políticas públicas eficientes para ampliar e fortalecer a adoção de práticas para evolução do setor agropecuário, com expansão da produção, desenvolvimento e utilização de bioinsumos e sistemas de cultivos sustentáveis.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que rejeitou o parecer do Relator e encaminhou para Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e controle.

Vem a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe fazer análise quanto aos aspectos orçamentário e financeiro.

Pois bem.

Analisando o projeto de Lei, ao criar o programa Estadual de Bioinsumos, importará em gastos ao Governo do Estado, impactando o orçamento dos próximos anos sem que haja qualquer estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para seu custeio, além de que resulta em aumento de despesas, o que é vedado pela art. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 - LRF.

Além disso, por força do art. 82, inciso I, da Constituição Estadual, é vedado o início de programas não incluídos na lei orçamentária anual, vejamos:



“Art. 82. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;”

Portanto, constata-se que os projetos de lei que disponham sobre a criação de programas são da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme dispõe a Constituição Estadual (arts. 82, inciso I, 80, § 3º).

A criação de programas com previsão de novas obrigações aos órgãos estaduais é atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, vinculadas aos Direitos Fundamentais. Assim, privativa do Poder Executivo. Trata-se de atuação administrativa que decorre de escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro Poder.

Diante do exposto, e conforme art. 167, I, da Constituição Federal, art. 82, I da Constituição Estadual e arts. 16 e 17 da LRF, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 159/2023, por contrariar as normas orçamentárias e financeiras.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2023.



Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer do(a) Relator(a) Deputado(a) LUCIANO OLIVEIRA, referente ao (a), PL nº 159 / 2023.

Obs.....

Encaminhe-se ao ARQUIVO.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2023.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. Eduardo Mantoan ()
Dep. Fabion Gomes (x)
Dep. Luciano Oliveira (x)
Dep. Léo Barbosa ()
Dep. Olyntho Neto (x)

MEMBROS SUPLENTES

Dep. Eduardo do Dertins ()
Dep. Marcus Marcelo ()
Dep. Prof. Júnior Geo ()
Dep. Cléiton Cardoso ()
Dep. Jorge Frederico ()